



SINOPSE SINTIUS

Informativo do Sindicato dos Urbanitários

23/08/2021

Disponível em nosso site: <https://sintius.org.br>

Revisões podem aumentar benefícios

Quem recebe benefício previdenciário pode ter direito a revisões, caso tenha ocorrido erro no cálculo do rendimento ou falte alguma documentação ou dado no CNIS - cadastro de dados do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). Na prática, isso pode representar um holerite mais robusto ao segurado da Previdência Social. A Tribuna consultou especialistas no assunto para listar as oito situações que ainda abrem as portas para revisões na Justiça.

"Hoje, o maior motivo de revisão de benefícios é o cálculo indevido, seja pela contagem equivocada do tempo de contribuição ou inclusão de salários de contribuição menores nesse cálculo. Também são muito comuns as revisões sobre o tempo de trabalho especial (insalubridade, periculosidade e penosidade)", explica a advogada Maria Faiock.

Ainda de acordo com a especialista, "as revisões mais recentes têm com origem erros de cálculos cometidos pela autarquia federal após a reforma da Previdência, em 2019. Em muitos casos, o INSS não observou o direito adquirido de segurados, que poderiam se aposentar pelas regras antigas ou, ainda, evitar regras de transição não benéficas".

"Como a maioria esmagadora dos pedidos de revisão se baseia em erros cometidos no ato da concessão do benefício e, por consequência, inconsistências no cálculo da renda mensal inicial, o ideal é o segurado obter a cópia do processo de aposentadoria e estar com todos os seus comprovantes de contribuição (carteiras de trabalho, guias de recolhimento, carnês etc.)", diz a advogada.

Ela acrescenta que, antes disso, é indicado consultar um especialista para fazer os cálculos e confirmar se a ação é viável. Pode ser um advogado de confiança, de um sindicato ou associação de classe. Isso evita frustrações ao segurado, informa o advogado Cleiton Leal Dias Júnior. Afinal, na maioria dos casos, será necessário fazer primeiramente o pedido de forma administrativa.

Saiba mais em: **A Tribuna, segunda-feira 23 de agosto.**

Seca e geadas devem tirar ao menos R\$ 60 bi do PIB, aponta consultoria

A seca prolongada e o registro de geadas provocam uma conta de prejuízos econômicos que ganhou força nas últimas semanas e assusta especialistas, empresários e consumidores no país.

Em conjunto, as alterações climáticas espalham reflexos negativos pela economia, atingindo desde a produção agropecuária até o bolso das famílias nas cidades.

Safra menor no campo, aumento de custos para indústria e serviços e escalada da inflação ilustram a sequência de efeitos associados aos fenômenos extremos.

Para piorar, as dificuldades não devem se restringir a 2021. O aumento de custos e a pressão inflacionária tendem a ultrapassar a virada do ano.

A consultoria MB Associados estima que, sem os impactos adversos do clima, o PIB (Produto Interno Bruto) poderia crescer 5,5% em 2021. Por causa dos prejuízos com a crise hídrica e o frio intenso, o avanço deve ser menor, de 4,7%.

Segundo o economista-chefe da MB Associados, Sérgio Vale, essa é uma projeção otimista para as perdas, pois o dano pode ser maior se ocorrerem efeitos mais drásticos do clima sobre a atividade produtiva até o final do ano. Entre eles, está o risco de racionamento

Saiba mais em: **Folha de São Paulo, domingo 22 de agosto.**

'Custo Bolsonaro' cobra fatura com dólar, inflação, juros e miséria em alta

O Brasil vem sofrendo queda abrupta no ingresso de investimentos estrangeiros produtivos, e até empresas brasileiras evitam trazer ao país dólares obtidos em exportações, que cresceram muito nos últimos meses.

A nova tendência engrossa o que vem sendo chamado de “custo Bolsonaro”. Ele não se reflete apenas no dólar bem mais caro do que os fundamentos econômicos justificariam, mas em mais inflação e juros, com impactos deletérios sobre a dívida pública.

A proposta de adiar o pagamento de dívidas judiciais (precatórios) para turbinar o Bolsa Família (rebatizado Auxílio Brasil) é o ponto mais visível desse contexto, em que se buscam alternativas para furar o chamado teto de gastos, que corrige a despesa pública pela inflação e é o principal instrumento de controle da elevada dívida pública brasileira.

Mas especialistas também veem o governo perdido, sem articulação política ou propostas coerentes de reformas, como no caso da tributária, e agora refém do chamado centrão, com seus políticos pressionando por mais verbas para o período eleitoral.

Saiba mais em: Folha de São Paulo, domingo 22 de agosto.

É melhor não ter reforma do que piorar o sistema, diz Guedes após fracasso do IR

O ministro da Economia, Paulo Guedes, afirmou nesta sexta-feira (20) que prefere não prosseguir com uma reforma tributária do que piorar o sistema atual. A declaração é dada em meio às incertezas sobre o rumo de diferentes projetos ligados ao tema em discussão entre governo e Congresso, como a proposta que altera o Imposto de Renda.

“Não vamos fazer nenhuma insensatez. Quero deixar muito claro o seguinte. Eu prefiro não ter uma reforma tributária do que piorar”, afirmou Guedes em audiência no Senado.

O ministro disse que há muitas pessoas reclamando sobre a reforma porque, segundo ele, vão começar a pagar impostos. “Temos que ver mesmo se vai piorar ou não. Se a gente chegar à conclusão que vai piorar, eu prefiro não ter”, reiterou.

“E piorar, para mim, é aumentar imposto, é tributar gente que não pode ser tributada, é fazer alguma coisa que prejudique estado e município —que acho que não estamos prejudicando. A base de arrecadação está crescendo tanto que é hora de reduzirmos um pouco as alíquotas”, disse.

As declarações de Guedes são dadas ao fim de uma semana em que Executivo e aliados tentaram, pela terceira vez, aprovar na Câmara o projeto que altera o Imposto de Renda. Sem acordo em torno do texto e em meio a receios sobre o impacto para os cofres públicos, a discussão foi adiada com apoio da própria base.

Guedes disse que prefere não prosseguir com a reforma caso ela piore o sistema, mas defendeu nesta sexta elementos contidos na proposta do Imposto de Renda —como a redução de impostos sobre empresas e a tributação de dividendos.

Saiba mais em: Folha de São Paulo, sábado 21 de agosto.